

**Memória de um movimento social pela moralização
da administração pública de Londrina, Pr, 1998-2000**

Enezila de Lima
Universidade Estadual de Londrina

O objetivo deste texto é apresentar uma parte dos resultados do projeto de organização documental¹ do movimento pela moralidade na administração pública de Londrina, 1998-2000, doado ao Centro de Documentação e Pesquisa Histórica do Curso de História da UEL, pelas lideranças do movimento OAB-ACIL.

Esse movimento teve início a partir de solicitação feita pela vereadora Elza Correia, que recebera denúncia de irregularidades na terceirização de serviços na AMA. Uma análise das planilhas de custos das ações da AMA mostrou a existência de superfaturamento nos serviços executados pela Tâmara Serviços Técnicos, empresa ligada à Principal Vigilância, que também prestavam serviços a COMURB.

Em 25 de fevereiro o Ministério Público inicia investigação para apurar a existência de corrupção na Autarquia do Meio Ambiente (AMA) e na Companhia Municipal de Urbanização (COMURB), fato que ficou conhecido como escândalo AMA-COMURB.

Na verdade, as desconfianças quanto ao executivo municipal tiveram início com a Lei 7.336, de 17 de abril de 1998, que dividia a SERCOMTEL – Serviço de Comunicações Telefônicas de Londrina - em duas empresas – Sercomtel Telecomunicações S.A. (telefonia fixa e outros serviços) e Sercomtel Celular S.A. (telefonia celular, Banda A).

Essa divisão, segundo se afirmava, visava tornar a empresa mais ágil e capaz de ampliar sua área de atuação para outros municípios, dentro das exigências do plano de privatização da telefonia nacional. Um mês após essa divisão, com aprovação - ainda não elucidada - do Legislativo Municipal, deu-se a venda de 45% das ações ordinárias das duas empresas Sercomtel à COPEL – Companhia Paranaense de Eletricidade – por 186 milhões de reais, sem que a sociedade civil, que já havia lutado pela preservação desse patrimônio, fosse consultada.²

As desconfianças cresceram porque, mesmo após a venda dessas ações, o prefeito municipal Antônio Casemiro Belinati, esposo da vice-governadora, Emília Belinati, declarou à imprensa, em janeiro de 1999, que a “*Prefeitura de Londrina apresenta um déficit de R\$ 2 milhões por mês*”.³ No entanto, a 26 de fevereiro de 1999, o mesmo prefeito, em carta aberta à população, afirmava:

O Município de Londrina tem aplicado no Banestado, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, nesta data, um valor total de R\$ 65.986.108,00. Portanto a situação do Tesouro Municipal é de absoluta normalidade. Nossa administração faz um controle rigoroso dos gastos fixos, sem interromper os investimentos....⁴

Com pronunciamentos desencontrados, a imprensa perguntava ao senhor prefeito: - qual o saldo da venda de 45% das ações da *Sercomtel*, uma vez que as ações foram negociadas por R\$ 186 milhões e o Município recebera *apenas* R\$ 97.256.137,00, dos quais foram retirados mais de 30 milhões *para obras e pagamento de dívidas*? qual a origem do déficit mensal da prefeitura; quanto rendeu os restantes 66 milhões, depositados, segundo o prefeito, nos estabelecimentos bancários por eles citados? ⁵

As investigações tiveram início com o promotor de Defesa do Patrimônio Público, Bruno Galatti e ganharam o reforço do promotor de Investigações Criminais, Cláudio Esteves, da promotora da 3ª. Vara Civil, Solange Vicentini, designada, com exclusividade, para o caso e da abertura dos processos AMA-COMURB e SERCOMTEL. Em agosto, após informações de que os contratos estavam sendo manipulados na tentativa de acobertar as fraudes, os promotores, numa devassa na COMURB e apreenderam documentos referentes a contratos suspeitos.

A cidade, aparvalhada, acompanhava as notícias pela imprensa falada e escrita. Aos poucos, a população se incorporou às entidades civis representativas, começando um movimento de apoio aos promotores e contra a corrupção. Não era mais possível ignorar as passeatas e atos públicos da sociedade civil organizada no *Movimento pela Moralidade na Administração Pública de Londrina, 1998-2000*, também conhecido como “*Pé vermelho! Mãos limpas!*”

Sob pressão do *Movimento*, a Câmara Municipal, que havia rejeitado a abertura de Comissão Processante, aprovou, em 17/11/1998, a abertura de Comissões Especiais de

Investigação – CEIs -, suspensas por liminar, mas reabertas por parecer favorável da Comissão de Justiça, em 23/03/1999.

Enquanto se desenrolavam essas investigações, em 14 de maio de 2000, o Ministério Público, por meio de *Medida cautelar inominada*, pedia o afastamento do prefeito, a quebra de sigilo total da família e indisponibilidade de seus bens, inclusive de todos os relacionados pelos promotores -, porque, entre outras evidências, observou

... procedimentos todos de caráter anti-ético e imoral, levam à presunção de que o Prefeito Antônio Belinati tenta ocultar e evitar que a verdade venha a ser apurada nas investigações sobre as trinta licitações apontadas como fraudulentas, no total de R\$ 33.393.296,59 [...], e também em relação à destinação misteriosa da quantia de R\$ 186.000.000,00 [...], recebida em maio de 1998, com as vendas das ações da SERCOMTEL..⁶

... tudo leva a crer que, continuando em atividade e no exercício do mandato, poderá ele prosseguir com tais práticas [...] e criar todo o tipo de embaraço para evitar o sucesso nas investigações e a própria instrução processual.⁷

Com esse afastamento, a CEI da Câmara Municipal encerrou seus trabalhos, apresentou os resultados ao plenário, recomendando o afastamento do prefeito, o que ocorreu em sessão que, por 14 votos contra 6, cassou o mandato do prefeito Antônio Belinati, em 22 de junho de 2000.⁸

A documentação referente a esse movimento, em processo de organização, é constituída por documentos de diferentes suportes: papel – jornais e recortes de jornais; autos da CEI-GERAL Sercomtel e de duas CEIs instaladas pela Câmara Municipal, num total de 8 volumes; autos de processos do Ministério Público da 6ª. Vara Cível -, num total de 18 volumes; oral – fitas K-7 e audiovisual- entrevistas com líderes do movimento e de participantes das manifestações de rua e de programas radiofônicos e televisivos; imagético: 300 fotografias de diferentes momentos do movimento.

Como já salientado, trata-se de acervo organizado por um movimento da sociedade civil – movimento social -, que agrega documentação que comprova a existência de corrupção na Prefeitura de Londrina e diz respeito às instâncias da esfera pública e da esfera privada na sociedade brasileira.

Justifica-se a organização desse acervo para futuras pesquisas, uma vez que a corrupção e a violência estão, na atualidade, entre as questões mais debatidas no interior da

sociedade brasileira. Sem precisar ir para espaços mais distantes, na Folha de Londrina de 28 de setembro de 2002, três notícias chamam a atenção: a prisão de três delegados, acusados de facilitar, mediante pagamento, as ações de uma quadrilha especializada no “roubo” de cargas e de caminhões, em Curitiba; a prisão de um policial por ter sido “pego” tentando passar um telefone celular para um presidiário, em Londrina; a negação de *habeas corpus* ao delegado da cidade, preso por fraudar uma licitação na Prefeitura local.

Observa-se que não há diferença entre essas notícias e a cassação do prefeito Antônio Casemiro Belinati. Tornaram-se fatos comuns, vistos apenas como corrupção, quando, na verdade, estão marcados pela violência que permeia as relações entre as instâncias pública e privada, no Brasil.

Há que se considerar o fenômeno da violência e as características que lhe são atribuídas, na atualidade. Afirma-se, segundo Renato P. Saul,⁹ que a violência se origina ou está vinculada à miséria que assola o País e que seu agravamento, nos últimos anos, tem suas origens na instabilidade da vida econômica. Ao vincular-se o problema da violência à criminalidade, a solução que se apresenta é a reforma da legislação de combate ao crime, como se essa reforma, por si só, solucionasse a questão da violência. Nessa perspectiva se está sendo “naturalizando” violência, mas não encaminhada sua solução

Ainda, segundo o mesmo autor, o que torna a injustiça social no Brasil uma ocorrência particular, se comparada a outros países, é a sua longa permanência no tempo e no espaço. A violência parece fazer parte, na atualidade, do modo de ser do brasileiro – o brasileiro é violento -, ao contrário da cordialidade, expressa por Sérgio Buarque de Holanda¹⁰ na terceira década do século passado. O medo e a necessidade de desforra às agressões, vivenciadas pelo brasileiro, estão incorporadas ao seu cotidiano como estratégia de vida, como atestam as pesquisas sobre qualidade de vida nas grandes e médias cidades, quando a questão da “segurança” é apresentada como prioritária; as pessoas têm medo de sair às ruas.

Tomando a violência como ação que provoca constrangimento físico ou moral; ou ação contrária à ordem estabelecida ou, ainda, como coação e/ou uso de força para a

obtenção daquilo que se deseja alcançar, parece que há uma intensificação da violência, em nossos dias.

O centro nevrálgico da presença da violência, no Brasil, pode ser observado a partir das articulações entre a esfera pública e a privada, segundo práticas institucionais. Nessa articulação reside o terreno fértil para a disseminação da injustiça social e da de forma institucionalizada, a impunidade (SAUL, 1995, p.113).

Para além dos índices de criminalidade, de um modo geral, os registros que se pode fazer a esse respeito, são inúmeros e têm características diferenciadas. Ocorrem as mais diversas situações vinculadas à corrupção na esfera pública, como as denúncias que vão desde a indicação de cargos e desvio de verbas públicas em benefício de interesses de pessoas e grupos privados, ao descaso da fiscalização em órgãos públicos – BANESTADO, INSS, IBAMA, Receita Federal, entre outros tantos; ao lado disso, ocorre a utilização de serviços públicos, como é o caso dos Correios, para agenciar loterias e concursos de vários matizes, patrocinados por grandes empresas privadas. Isso sem falar nas chamadas “licitações” cujos editais são construídos para favorecer grupos privados “amigos” o que, ao lado da “terceirização” dos serviços, objetivam “racionalizar” os gastos públicos. Na verdade a “racionalização” que fica à mercê das “benesses” do poder e do “patrimônio privado”.

Uma outra questão também vinculada a essas esferas é a violência da degradação ambiental. Fruto, por um lado, da “expansão da fronteira agrária/agronegócio”, em projetos de desenvolvimento ocorre a destruição dos meios de sobrevivência de numerosas populações e a degradação do trabalho; por outro, em se tratando da “expansão urbana”, em projetos de urbanização, se dá a liberação de espaços para condomínios de alto luxo em áreas de mananciais,¹¹ ou se faz doação, à iniciativa privada empreendedora, de áreas do patrimônio público destinadas à praças de lazer em vários pontos da cidade.¹² Essas ações nunca são relacionadas à violência, mas à corrupção, como se esta não fosse violenta.

A ocorrência dessa confusão entre público e privado tem sido interpretada de diversas formas. Para Guillermo O’Donnell,¹³ a questão, no Brasil, está na incapacidade –

resultante do estilo patrimonialista de fazer política e administrar o país - de delimitação entre o público e o privado, derivada da dificuldade de organização de instituições e regras definidoras das dimensões cívica e republicana, indispensáveis à consolidação democrática.

Na mesma linha, mas com enfoque diferente, Roberto da Matta,¹⁴ chama a atenção para a tendência, existente no Brasil, da transformação de direitos em privilégios, da qual resultaria a disseminação de práticas de invasão da esfera pública e de seu tratamento como esfera privada.

2. Metodologia:

O trabalho está sendo realizado segundo metodologia preconizada pelas normas técnicas da Arquivologia. A organização de acervo documental demanda pesquisa para o levantamento das informações que permitam efetuar a sua identificação, descrição e arranjo. É um trabalho minucioso, desdobrado em várias etapas.

2.1. Atividades desenvolvidas:

2.1.1. Identificação da coleção:

O conjunto documental reunido pela OAB-ACIL forma a coleção *Movimento pela Moralidade na Administração Pública de Londrina, 1998-2000*, transferidos ao CDPH em 2000. A seguir, procedeu-se à identificação das seções e séries e constatou-se que a documentação escrita e iconográfica é a mais volumosa.

2.1.2. Avaliação do acervo:

A avaliação constatou que a documentação, por ser recente, está em boas condições, dispensando intervenções de recuperação.

2.1.3. Arranjo :

Entende-se arranjo como sendo

... a ordenação dos documentos em fundos; a ordenação das séries dos fundos e, se necessário, dos itens documentais das séries. documentação a ser organizada tem o papel por suporte documental.¹⁵

O material foi organizado segundo seu suporte documental, em séries. Constatou-se que grande parte do acervo é constituída por fitas cassette e VHS - entrevistas com participantes do movimento e lideranças, nos movimentos de rua. Esse material foi

listado, por ordem cronológica de cada programa ou ação e, juntamente com o material imagético - separado por ação -, foi armazenado em arquivo deslizante em sala climatizada.

A documentação em papel foi organizada nas seguintes subséries:

a) jornais e recortes de jornais; b) CEIs; c) autos cíveis

Os jornais foram organizados em ordem cronológica, por subsérie ; os recortes, por assunto, em ordem cronológica, respeitando as subséries. Finalizada a organização dos jornais e dos recortes passamos à fase de descrição de cada matéria.

2.1.4. Descrição:

Entende-se como descrição,

... um conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa.¹⁶

Na descrição, cada matéria foi analisada, segundo princípios de Arquivística, por meio do preenchimento de uma ficha para a recuperação dos seguintes dados:

a) IDENTIFICAÇÃO:

- | | |
|--|----------------------------|
| 1. Ficha nº. (numeração cronológica crescente) | 2. Sub-série: Jornais |
| 3. Jornal: nome do jornal | 4. Caderno, página e data: |

b) DADOS ESPECÍFICOS DO ARTIGO:

- | | | |
|---------------------------|--------------|----------------|
| 1. Artigo: | 2. Autoria: | 3. Onomástico: |
| 4. Onomástico de Empresas | 5. Temático: | 6. Geográfico: |

c) DADOS DO PESQUISADOR:

2.1.5. Elaboração do bando de dados:

Concluída a descrição, estamos revisando o trabalho para iniciarmos a digitação das fichas em um banco de dados, que estará aberto à consulta pública no CDPH. Esperamos que este trabalho, que já vem sendo procurado por pesquisadores, possa contribuir para preservar a memória do movimento social pela moralidade na administração pública de Londrina.

¹ Projeto vinculado à linha de pesquisa *Memória, documentação e patrimônio*, do Departamento de História da UEL

² Cf. Estélio Feldman. *Sercomtel: 30 anos de história, 1968-1998*. Londrina, Pr: Midiograf, 1998.

³ Folha de Londrina, 28 de janeiro de 1999, Caderno 1, p.3

⁴ Folha de Londrina, 26 de fevereiro de 1999, Caderno 1, p. 3.

⁵ CÉSAR, Délio. *A primavera de Londrina: o despertar de uma cidade contra a corrupção*. Londrina, Pr.: Midiograf, 2001, p. 21.

⁶ Ver *Comissão de Inquérito (CEI) e Comissão Processante sobre o caso AMA-COMURB, ANEXO X, 140-42; do ANEXO XXI, fls. 157-161.*

⁷ Folha de Londrina, 15 de maio de 2000, Caderno 1, p. 3.

⁸ *Idem*, 23 de junho de 2000, Caderno 1, p. 3.

⁹ SAUL. Renato P. A violência e a equação público-privado, *Revista Anos 90*. Porto Alegre RS, n. 3, 1995, pp. 11-1127.

¹⁰ Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965.

¹¹ Reportagem da Folha de Londrina, 12 de setembro de 2002, Caderno 1, p. 3, apresenta loteamento para um condomínio fechado em área de nascente de manancial, não aprovado pela Companhia Municipal de Planejamento Urbano por romper com o zoneamento urbano da cidade e causar dano ambiental, embora a construtora fizesse propaganda de sua iniciativa colocando lotes e apartamentos à venda.

¹² Jornal de Londrina, 29 de maio de 2005, p. 3.

¹³ O'DONELL, Guilherme. Situações. Microcenas da privatização do público em São Paulo. *Novos Estudos*. São Paulo, n. 22, pp. 45-52, out. 1988. Do mesmo autor: *A democracia no Brasil: dilemas e perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.

¹⁴ MATA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

¹⁵ CAMARGO, Ana Maria & BELOTTO, Heloísa L. (coord.) *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Núcleo Regional de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996, p. 23.

¹⁶ *Idem. Ibidem.*